



CONTRATO Nº 022/2025

“QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ, POR INTERMÉDIO DE SEU PRESIDENTE MARCOS PATRICK DE CASTRO GOMES E A EMPRESA JOSÉ FERRAZ DA COSTA NETO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA”.

Pelo presente instrumento, a **CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 24.858.805/0001-39, com sede em Jataí-GO, estabelecida na Praça da Bandeira, 96, Centro - Jataí-GO, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Marcos Patrick de Castro Gomes, portador de CI-RG nº 5511298 SPTC-GO, CPF sob nº 043.345.241-25, brasileiro, casado, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **JOSÉ FERRAZ DA COSTA NETO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, situada na Avenida D, esquina com Rua 09, Quadra G-11, lote 01, nº 419, Sala 401, Edifício Comercial Marista, Goiânia-GO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.588.835/0001-99, daqui por diante denominada **CONTRATADA** neste ato representada por José Ferraz da Costa Neto, sócio fundador, portador da C.I nº 16.927.977 SSP/MG, OAB: 49.953/GO, inscrito no CPF nº 016.883.331-58, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº 1254/2025 – Inexigibilidade de Licitação nº 018/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS:

1.1. Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Consultoria e Assessoria Jurídica em Licitações, Contratos e Tribunal de Contas para atender as necessidades da Câmara Municipal de Jataí-GO.

1.1.1. Constitui objeto do presente instrumento a Prestação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados de Assessoria e Consultoria Jurídica em Licitações, Contratos e Tribunal de Contas, para atender os interesses dessa edilidade, concernente supervisão e gerenciamento dos processos licitatórios postos ao crivo da consultoria, para análise da regularidade, em face dos ditames das Leis Federais n. 14.133/21, Lei de Responsabilidade Fiscal e normativas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, bem como do Tribunal de Conta da União, acompanhamento dos processos sob o crivo do TCM/GO, nas questões de ordem técnico-jurídicas, em todas as fases de análise e julgamento, interpondo recursos e diligenciando para o saneamento de todos interesses da Câmara Municipal de Jataí-GO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:



2.1. A execução dos serviços ocorrerá sob o regime indireto, mediante prestação continuada e remuneração mensal (preço unitário), nos termos do Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, aplicável à contratação direta por inexigibilidade prevista no Art. 74, III.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1. A Contratante pagará à Contratada o valor de mensal (unitário) de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), totalizando o valor global de **R\$ 240.000,00** (duzentos e quarenta mil reais), pelos 12 (doze) meses de vigência do presente instrumento.

3.2. Os preços unitários e totais estão relacionados acima e nestes valores já estão incluídos todos os tributos, encargos sociais e previdenciários, transporte, hospedagem e alimentação de pessoal e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços, objeto da presente contratação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 05 (cinco) dias do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, que será liberada para pagamento somente após a aprovação do Departamento Competente, quando cumpridas, pela contratada, todas as condições pactuadas. Na Nota Fiscal deverá constar o banco, agência e Número da conta da Contratada e o nº da Ordem de Fornecimento.

4.2. A contratada somente poderá emitir Nota Fiscal/Fatura após a emissão da respectiva Nota de Empenho, em conformidade com o disposto no presente contrato.

4.3. É expressamente vedada a cobrança, em qualquer hipótese, de sobretaxa ao preço contratado quando do pagamento dos serviços fornecidos pela contratada.

4.3.1. Os documentos glosados devido à inconsistência da documentação poderão ser adequados e reapresentados na competência seguinte.

4.3.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

4.4. A Câmara poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes à multa ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

4.5. Quaisquer erros ou omissões havidas na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE:

5.1. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas



após a ocorrência da anualidade.

5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o valor será reajustado conforme a última variação conhecida.

5.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração, por meio de termo aditivo.

5.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA:

6.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado, na forma do art. 107, da Lei n.º 14133/2021, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

6.2. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

6.3. Também não se realizará a prorrogação contratual quando a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea, impedida ou suspensa temporariamente de participação em licitação e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: **339034/01 (Outras Despesas de Pessoal Contratados de Terceirização/Assessoria Jurídica).**

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

8.1. SÃO DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1.1. Cumprir fielmente o que estabelece o Termo de Referência, partes integrantes do presente instrumento, em especial no que se refere à especificação e à execução dos serviços.

8.1.2. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou Municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas em legislação.

8.1.3. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a

terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.1.4. Prestar o serviço objeto desta contratação, conforme descrito supra, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

8.1.5. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre a execução do serviço contratado, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem estiver designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada.

8.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

8.1.7. Executar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

8.1.8. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

8.1.9. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

8.1.10. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram a CONTRATADA, independente de solicitação.

8.1.11. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos e orientações julgados necessários.

8.1.12. Reconhecer o Gestor e Fiscal do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas a esta contratação.

8.1.13. Levar, imediatamente, ao conhecimento do Fiscal e Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

8.1.14. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação.

8.1.15. Assumir inteira responsabilidade, técnica e operacional, do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferi-la a outras empresas por problemas na execução do serviço.

8.1.16. Caso o problema na execução do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para a CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta.

8.1.17. Custear toda e qualquer despesa que possa existir com referência aos serviços, encargos sociais, ou qualquer outra despesa adicional que possa existir com referência ao cumprimento do objeto do presente edital.

8.1.18. Recolher mensalmente os tributos devido sobre a realização dos serviços.

8.1.19. Sem prejuízo de plena responsabilidade da contratada, todos os serviços serão fiscalizados pelo fiscal do contrato.

8.1.20. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução deste contrato, ficarão exclusivamente a cargo

da CONTRATADA, cabendo-lhe ainda inteiramente responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a serem vítimas seus empregados, quando em serviço, bem como quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros.

8.2 – SÃO DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.2.1. Fiscalizar a execução do avençado, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

8.2.2. Comunicar à contratada qualquer irregularidade encontrada no serviço ou objetos da contratação, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-los;

8.2.3. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a prestação dos serviços;

8.2.4. Notificar, por escrito, a contratada da aplicação de qualquer sanção;

8.2.5. Efetuar o pagamento à contratada no prazo acordado, após a entrega da nota fiscal/fatura no setor competente.

8.2.6. Prestar informações necessárias, com clareza, para execução dos serviços avençados;

8.2.7. Credenciar perante a contratada, mediante documento hábil, servidores autorizados a acompanhar, fiscalizar e conferir a qualidade e execução dos serviços adjudicados;

8.2.8. Acompanhar e fiscalizar permanentemente a execução dos serviços, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento;

8.2.9. Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e sanções previstas no edital e contrato, de acordo com as Leis que regem a matéria;

8.2.10. Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto da licitação.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

9.1. É vedada a subcontratação do objeto principal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

10.1. A execução do objeto contratual será acompanhada e fiscalizada por representantes formalmente designados pela CONTRATANTE, competindo-lhes zelar pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas, bem como registrar e comunicar eventuais ocorrências que possam comprometer a execução do contrato.

10.2. A CONTRATANTE indicará, por meio de ato administrativo, os responsáveis pelas atividades de acompanhamento, fiscalização e gestão do contrato, especificando as atribuições de cada um, inclusive quanto à comunicação direta com a CONTRATADA para esclarecimentos e resolução de pendências.



10.3. Fica estabelecido que as comunicações entre as partes deverão ser realizadas, presencialmente e por meio eletrônico, com confirmação de recebimento, devendo ser mantidos registros das reuniões periódicas, relatórios mensais, notificações e demais documentos pertinentes à execução contratual.

10.4. Os pagamentos à CONTRATADA estarão condicionados à apresentação e aprovação dos relatórios de execução, que deverão demonstrar a conformidade dos produtos e serviços entregues em relação às especificações técnicas e metas pactuadas, conforme cronograma e indicadores definidos no contrato.

10.5. A avaliação da conformidade dos serviços será atestada pelo gestor do contrato.

10.6. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

10.7. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas em lei e neste contrato, incluindo advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações e rescisão contratual, além da execução de garantias para ressarcimento de eventuais prejuízos à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO:

11.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização e após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e proposta.

11.2. O Recebimento definitivo, se dará após verificação detalhada da conformidade do objeto com todas as exigências contratuais e administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES:

12.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA ou licitante vencedora, sujeitando-as às penalidades de advertência, multa, suspensão do direito de licitar e contratar e à declaração de inidoneidade, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pela Câmara Municipal de Jataí-GO.

12.2. O contrato ficará de pleno direito rescindido em caso de inexecução, total ou parcial. Ficando a Câmara de Jataí com o direito de aplicar multas ao contratado, além de exigir, se for o caso, indenização.

12.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado sujeitando-o as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Jataí-GO pelo prazo de 02 anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Jataí-GO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

13.1. Este contrato reger-se-á de acordo com as normas da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas posteriores alterações; nos casos omissos, pelas demais normas de Direito vigentes e nos exatos termos do Termo de Referência do processo administrativo nº 1254/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO:

14.1. Este instrumento contratual está vinculado ao Termo de Referência, do Processo Administrativo nº 1254/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 18/2025, à Proposta Comercial da CONTRATADA, e demais documentos que compõem o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA COMPATIBILIDADE:

15.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO COMPETENTE:

16.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Jataí-GO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que surgirem da execução do presente CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1. O presente contrato poderá ser extinto, a qualquer tempo, nas seguintes hipóteses, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:

a) Por cumprimento integral do objeto contratual, com a execução de todas as obrigações assumidas pelas partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

b) Por acordo entre as partes (rescisão amigável), mediante justificativa formal e desde que haja conveniência para a Administração Pública, sem prejuízo da apuração e quitação das obrigações pendentes, inclusive de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária.

c) Por iniciativa unilateral da Administração, nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, especialmente nos casos de inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais, razões de interesse público devidamente justificadas, ou outras situações previstas em lei.

d) Por inadimplemento de qualquer das partes, mediante notificação prévia e por escrito, assegurando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo ser aplicadas as penalidades



cabíveis, inclusive multas e indenizações por eventuais prejuízos causados.

e) Por caso fortuito ou força maior, que impossibilite a execução do objeto contratual, devidamente comprovado e comunicado à outra parte, sem aplicação de penalidades, salvo disposição contratual em contrário.

Parágrafo Primeiro: A extinção do contrato deverá ser formalizada mediante termo específico, contendo a indicação dos motivos, a apuração das obrigações pendentes e a definição das responsabilidades de cada parte, em conformidade com os artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: A extinção contratual não prejudica o direito da Administração à aplicação de sanções administrativas, à retenção de créditos até o limite dos prejuízos causados e à adoção das demais medidas legais cabíveis

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS:

18.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Estando devidamente contratadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor, para fins e efeitos de direito.

Jataí, 06 de Outubro de 2025.

Marcos Patrick de Castro Gomes
Presidente - Contratante

José Ferraz da Costa Neto Sociedade Individual de Advocacia
Empresa Contratada